


[illegible]



Nº DO PROCESSO	0010411/2023	DATA DE ENTRADA	18/05/2023 09:03:00
SETOR DO USUÁRIO COMISSÃO DE LICITAÇÃO			
ASSUNTO LICITAÇÃO / INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS			
COMPLEMENTO RECURSO PP 15-2023 SUPERNOVA			

REQUERENTE	
SUPERNOVA CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA	
TELEFONE	CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL)

[illegible]

 <p>Estado do Rio de Janeiro Prefeitura Municipal de Maricá</p>	Nº DO PROCESSO	DATA ABERTURA
	0010411/2023	18/05/2023 09:03:00

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA
PREFEITURA DE MARICÁ.

Pregão Presencial Nº 15/2023 PMM

SUPERNOVA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº28.558.085/0001-47, neste ato representada por seu sócio, **IVANILSON AMÉRICO BARBOZA**, vem, respeitosamente, perante ao ilustríssimo senhor Pregoeiro(a), interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** ao ato de **INABILITAÇÃO** desta recorrente, com supedâneo nos relevantes fundamentos fáticos e jurídicos a seguir delineados.

DA TEMPESTIVIDADE

A Lei 10.520/02 prevê, em seu XVIII, do Artigo 4º, o prazo de 3 (três) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de inabilitação, com a devida ressalva contida no §5º sobre a não inicialização do prazo sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

Dessa forma, tendo em vista que a recorrente foi intimada no dia 15 de maio de 2023, não resta qualquer dúvida sobre a tempestividade do presente recurso

DOS FATOS

A licitação, ora impugnada por meio desse recurso, refere-se à irregular habilitação da empresa vencedora: "**V DE O RIBEIRO JARDINAGEM ME**" conforme prévias impugnações indicadas na ata.

Conforme registrado em ATA, a empresa vencedora não carece de legitimidade a figurar como vencedora do certame devido aos seguintes motivos:

• NÃO APRESENTAÇÃO DO ATESTADO TÉCNICO ORIGINAL

O atestado de capacidade técnica é o documento destinado à comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto de uma licitação, e indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

Nesse sentido, assim dispõe a legislação:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

WJH

**IV - original das propostas e dos documentos
que as instruírem;**

Percebe-se que a documentação original é indispensável para fins de qualificação da empresa, situação que foi impugnada em ata, mas que foi completamente desconsiderada pelo pregoeiro, e que, por si só, é situação capaz de gerar sua inabilitação.

• AUSÊNCIA DO QUANTITATIVO MÍNIMO INDICADO NO EDITAL

A sistemática adotada pela Lei nº 8.666 /93, na etapa de habilitação, prescreve que a Administração deve analisar a qualificação técnica dos licitantes, para verificar conhecimento, experiência e corpo técnico suficiente para satisfação do contrato a ser firmado.

A capacidade técnica da licitante é aferida mediante atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprovem o fornecimento de bens similares às características, quantidade e prazos com o objeto licitado, consoante estabelece o art. 30, II, § 4º, da Lei nº. 8.666 /93.

Ocorre que na presente hipótese a empresa vencedora não apresentou atestado técnico que comprove o fornecimento de bens semelhantes em características e quantidades ao objeto do Pregão.

Assim, é forçoso reconhecer que expressamente um vício de ilegalidade insanável que vai totalmente de encontro ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, devendo a empresa ser desclassificada.

• DA RASURA NA PROPOSTA DE PREÇO

Outro ponto que merecer atenção é o fato da empresa vencedora ter rasurado a proposta de preço.

Tal questão carece de qualquer fundamentação teórica, pois é uma clara ofensa ao caráter concorrencial da licitação e hipótese absolutamente vedada na legislação.

DA CONCLUSÃO

Vê-se, portanto, que há total necessidade de **RECONSIDERAR** a decisão desta douta comissão, posto que, o a Licitante vencedora flagrantemente não atendeu aos requisitos do edital, bem como cometeu graves violações ao caráter concorrencial da licitação, devendo ser desqualificada do presente certame.

DO PEDIDO

Em face de todo o exposto, requer-se a PROCEDENCIA deste Recurso com a consequente **DESCCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA**, tendo em vista a comprovação do não atendimento às exigências do edital, conforme toda fundamentação supra.

São Gonçalo, 17 de maio de 2023


Wellington da Silva Miranda

Advogado
OAB/RJ 134.020